



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL
Praça da Bandeira, 354
Fone: (54) 3520 7000
99700-010 Erechim – RS



TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 008, DE 16 DE AGOSTO DE 2018.

O MUNICÍPIO DE ERECHIM, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.477/0001-20, situado na Praça da Bandeira, n.º 354, em Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 99.700-010, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LUIZ FRANCISCO SCHMIDT, brasileiro, casado, advogado, portador do RG n.º 5000936764 – SSP/RS, inscrito no CPF sob o n.º 162.553.050-15, e pela Secretária Municipal de Cidadania, Senhora LINIR ANTONIA CHIARELLO ZANELLA, brasileira, casada, portadora do RG n.º 5024108762 – SSP/RS, inscrita no CPF sob o n.º 884.411.800-91, ambos residentes e domiciliados nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, e a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO ALTO URUGUAI, inscrita no CNPJ sob n.º 92.413.830/0001-69, com sede na Rua Dr. Sidney Guerra, n.º 602, no Município de Erechim/RS, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Senhor ALDECIR ANTÔNIO VICENSI, inscrito no CPF sob n.º 645.994.180-72, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Segundo Assoni, n.º 155, doravante denominada Organização da Sociedade Civil (OSC), com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/2014 e no Decreto Municipal n.º 4.503/2017, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Colaboração, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Colaboração tem por finalidade a consecução de interesse público e recíproco, entre o Município de Erechim/RS e a OSC ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO ALTO URUGUAI, no atendimento de 53 (cinquenta e três) usuários do público Prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Proteção Social Básica, conforme metas, ações e prazos definidos no Plano de Trabalho, que é parte integrante do presente Termo.

2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará à OSC o valor de R\$ 155,32 (cento e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos) mensais por usuário atendido, totalizando o valor de R\$ 8.231,96 (oito mil, duzentos e trinta e um reais e noventa e seis centavos) mensais, conforme Plano



de Trabalho, no mês subsequente a entrada do cofinanciamento federal (PBV – Piso Básico Variável) na conta do Fundo Municipal de Assistência Social. Conforme previsto no item 5.2 do Edital de Chamamento Público, a entidade receberá o valor proporcional ao número de usuários que serão atendidos – conforme a proposta apresentada, que atendam ao disposto no Anexo I, e que sejam hábeis a serem cadastrados no Sistema de Informações do Serviço de Convivência – SISC, através do Número de Identificação Social – NIS.

2.2. Correrão as despesas pela conta das dotações orçamentárias: 10.01.08.244.0009.2050.3.3.50.43.00.00.00 – PBV – Piso Básico Variável – Recurso SCFV (R\$ 55,32); 10.01.08.244.0009.2050.3.3.50.43.00.00.00 – RECURSO LIVRE. (R\$ 100,00).

2.3. Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.

2.4. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

3. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o estabelecido no presente instrumento e no Plano de Trabalho, que faz parte integrante deste Termo;

II - Fiscalizar a execução do presente Termo, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Colaboração, prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo;

VII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC;



VIII - Appreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX – Dar a devida publicidade aos atos praticados na execução deste Termo, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 4.503/17.

3.2. Compete à OSC:

I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e deste Termo, relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;

V - Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;

VI - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo;

VII - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes deste Termo, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

VIII - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo;

IX - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

X - Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL
Praça da Bandeira, 354
Fone: (54) 3520 7000
99700-010 Erechim – RS

ERECHIM
100 Anos
Aqui é nossa capital

relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo, bem como aos locais de execução do objeto;

XI – Utilizar, aplicar e movimentar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros nos termos definidos pela Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto nº 4.503/17;

XII – Na conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, devolver, à Administração Pública, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

XIII – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XIV – a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

XV - após a celebração da parceria, registrar os grupos no SISC – Sistema de Informação do Serviço de Convivência, bem como atualizar as inclusões ou exclusões dos usuários em formulário técnico específico. Os dados devem ser atualizados mensalmente.

XVI- apresentar a Nota Fiscal/Recibo acompanhada do resumo das atividades e frequência dos usuários, que será analisado com o relatório de informações do SISC – Sistema de Informação do Serviço de Convivência.

XVII- Informar o N° da Conta Bancária, quando da assinatura do termo. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta-corrente específica, conforme Art. 51 da Lei 13.019/2015.

4. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo, sendo vedado:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;



- II - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pelo COMAS e pela Administração Pública;
- III - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;
- IV - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;
- V - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;
- VI - realizar despesas com:
- multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;
 - publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e
 - pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.
- 4.2.** Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta-corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública.
- 4.3.** Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.
- 4.4.** Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.
- 4.5.** Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
- 4.6.** Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.



5. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1. Ao final de cada exercício (ano fiscal) a OSC deverá apresentar prestação de contas parciais para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto. A prestação de contas parcial deverá ser entregue até 30 (trinta) dias após o encerramento do ano fiscal, e atender aos termos estabelecidos no Decreto Municipal nº 4.503/17 e na Lei nº 13.019/14.

5.2. A prestação de contas dos recursos recebidos, deverá ser apresentada com os seguintes relatórios:

I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;

II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

III - Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias;

IV - Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;

V - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC;

VI - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo de Colaboração;

VII - Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela OSC no exercício e das metas alcançadas.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo vigorará a partir de 01 de setembro de 2018, por 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado, mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.



6.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

6.3. A cada 12 (doze) meses de vigência da parceria, a administração pública, através do Gestor da Parceria, realizará pesquisa de satisfação entre os beneficiários do plano de trabalho, e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria realizada.

7. DAS ALTERAÇÕES

7.1. Este Termo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros, aprovados pelo COMAS e pela Autoridade Superior e firmados antes do término de sua vigência.

7.2. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

8. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

8.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

8.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo através de seus gestores, e por Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada, cujas competências e atribuições são estabelecidas pela Lei 13.019/14 e Decreto Municipal nº 4.503/17.

8.3. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.

8.4. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

8.5. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

9. DA RESCISÃO



9.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Colaboração, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

9.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Colaboração quando da constatação das seguintes situações:

- I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Colaboração;
- III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Colaboração.

10. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

10.1. O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, com as normas da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 4.503/17, a Administração Pública poderá, em conformidade com a extensão do dano e gravidade da conduta e garantida a prévia defesa, aplicar à Organização da Sociedade Civil as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do Município de Erechim, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

11. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

11.1. O foro da Comarca de Erechim/RS é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL
Praça da Bandeira, 354
Fone: (54) 3520 7000
99700-010 Erechim – RS

ERECHIM
100 Anos
Aqui é nossa casa!

11.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria do Município.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo o plano de trabalho anexo.

E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Colaboração, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Erechim/RS, 16 de Agosto de 2018.

LUIZ FRANCISCO SCHMIDT
Prefeito Municipal de Erechim

ALDECIR ANTONIO VICENSI
Associação dos Deficientes Físicos do Alto
Uruguai

LINIR ANTONIA CHIARELLO ZANELLA
Secretária Municipal de Cidadania

LIGIA PAULA SEFRIN MOREIRA
GONÇALVES
Gestora Técnica do Termo de Colaboração
CRAS II - Secretaria Municipal de Cidadania

ADRIANA ZARICHTA MALYSZ
Gestora Técnica Adjunta do Termo de
Colaboração
CRAS II - Secretaria Municipal de Cidadania

Testemunhas:



ADAU - Associação dos Deficientes Físicos do Alto Uruguai

Rua Dr. Sidney Guerra, 602 – Bairro José Bonifácio

CEP:99701-758 Erechim – RS Fone/Fax: (54) 3321-8146

E-mail adau01.erechim@gmail.com Site www.adau.org.br

P.M. ERECHIM

Fis. 351

S.M.C.

Plano de Trabalho

1 - DADOS CADASTRAIS E CARACTERÍSTICAS DA OSC

Nome da Entidade: Associação dos Deficientes Físicos do Alto Uruguai		
C.N.P.J: 92.413.830/0001-69		
Endereço: Rua Dr. Sidney Guerra 602		
Município: Erechim		C.E.P: 99701-758
DDD/Telefone/FAX: 5433218146		E-mail: adau01.erechim@gmail.com
Data de constituição da OSC : 23/10/1993		
Nome do Responsável: Aldecir Antônio Vicensi		C.P.F. 645.994.180-72
Período do mandato: 01/04/2017 a 01/04/2019	C.I. Órgão Expedidor: 6063778168	Cargo: Diretor Presidente
Endereço: Rua Segundo :oni 155		C.E.P.: 99704-144
Caracterização da OSC: A ADAU é uma Organização da Sociedade Civil, com personalidade jurídica de direito privado de atendimento, defesa e garantia de direitos. Realiza atendimentos preponderantemente na área da assistência social, na Proteção Social Básica, ordenados através da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e atendimento a domicilio a pessoas com deficiência e idosas.		
Finalidade: As finalidades da Associação dos Deficientes Físicos do Alto Uruguai são voltadas a atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial a promoção desenvolvimento, capacitação profissional, atendimento, defesa e garantia de direitos das pessoas com deficiência, especialmente física, seus familiares e ou pessoas em situações de vulnerabilidades sociais.		

2 - PROPOSTA DE TRABALHO

Nome do Projeto/Atividade: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 0 a 17 e acima de 60 anos
Prazo de Execução: 36 meses
Objetivo geral: Desenvolver atividades em grupos divididos por faixa etária, de forma organizada através de recursos que possibilitem aos usuários aquisições progressivas como: inclusão na sociedade, estimular o descobrimento e desenvolvimento de habilidades artísticas, direito ao acesso ao mundo do trabalho e qualificação profissional, desenvolver autonomia e protagonismo social.
Objeto da parceria: Desenvolver o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com o que preconiza a Tipificação nacional dos Serviços Socioassistenciais para as faixas etárias de 0 a 17 anos e acima de 60 anos, afim de proporcionar as pessoas atendidas melhoras significativas de inclusão
Público alvo: O público alvo deste projeto é de crianças e adolescentes de 05 a 17 anos de idade e idosos acima de 60 anos de idade que encontram-se em situação de vulnerabilidades em consequência de deficiências, em situação de isolamento, em situação de violência ou negligência, em situação de acolhimento, beneficiários de programas de transferência de renda ou familiares deste e em situação de defasagem escolar.
Quantidade de usuários a ser atendidos: 53 usuários
Descrição da realidade que será objeto da parceria: A ADAU- Associação dos Deficientes Físicos do Alto Uruguai está constituída em conformidade com o disposto no art. 3º da Lei nº 8.742 de 1993, possui inscrição no conselho Municipal de Assistência Social desde o ano de 1999, esta cadastrada no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, possui certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, sua equipe técnica é composta de uma assistente social 30 h/s, uma psicóloga 12 h/s, uma coordenadora administrativa 40 h/s, atua no atendimento ao público alvo acima desde o ano de 1993 e tem como objetivo principal a promoção de atividades de relevância pública e social. Possui transporte próprio e acessível para pessoas com deficiência, sua sede possui acessibilidade, recursos permanentes como mesas, computadores, cozinha equipada, equipamentos de ventilação. O objeto da parceria se dará através do desenvolvimento de um trabalho social organizado e planejado, nos eixos de Convivência Social, Direito de Ser e Participação. Os grupos serão divididos nas faixas etárias de 05 a 17 anos e

AZJ

50

11/5/16



acima de 60 anos e terão seu atendimento semanalmente de forma continuada e ininterrupta, onde estas atividades serão orientadas para as aquisições e objetivos da assistência social, buscando o desenvolvimento das potencialidades dos usuários.

Impacto social esperado: O impacto social esperado no decorrer desde projeto a redução das ocorrências de situações de vulnerabilidades e risco social, aumento e ampliação dos serviços socioassistenciais, aumento de jovens que conhecem as instâncias de denúncias em casos de violação de direitos, redução de índices de violências entre o público alvo, redução e prevenção em situações de isolamento social e institucionalização.

3. DESCRIÇÃO DE METAS

Metas	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
1	1.1	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Pessoas de 05 a 17 anos do SCFV	28	ARR	36 meses após ARR
2	2.1	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	Pessoas de acima de 60 anos do SCFV	25	ARR	36 meses após ARR

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES/ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS:

Meta	Ações
1 Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 05 a 17 anos	1.1 Realizar a acolhida dos participantes dos grupos conforme faixa etária 05 a 17 anos.
	1.2 Desenvolver atividades que tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e de autonomia deste público.
	1.3 Desenvolver atividades de cultura, esporte e sociabilidade, afim de desenvolver sua autonomia.
2 Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos acima de 60 anos	2.1 Proporcionar aos usuários a participação dos usuários nas diversas esferas da vida pública.
	2.2 Trabalhar os subeixos: participação no serviço; participação no território; participação como cidadão.

5. DESCRIÇÃO DOS PARAMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:

Para que possamos medir a eficiência, eficácia e efetividade deste projeto estaremos avaliando as atividades desenvolvidas junto ao público alvo, utilizando indicadores quantitativos como: participação nas reuniões, assiduidade dos participantes. Para tanto utilizaremos instrumentos que permitam medir e apontar tais resultados, como: lista de presença, registro diário de atividades. Considerando que este é um projeto social, e para tanto devemos ainda levantar dados qualitativos que nos permitam indicar resultados que os números não conseguem. A equipe técnica da entidade poderá avaliar ainda questões como melhoria da qualidade de vida dos usuários, melhora na autoestima, do bem físico, além de mudanças no relacionamento familiar e comunitário.

AZM



6. PREVISÃO DE RECEITAS

Fonte:	Valor
Prefeitura Municipal de Erechim (mensal)	R\$ 8.231,96
	R\$ 296.350,56

6.1 DETALHAMENTOS DAS DESPESAS (MENSAL)

Despesa	Valor
Pagamento de aluguel da sede da entidade	R\$ 2.500,00
Pagamento de combustível para transporte dos usuários e realização de visitas domiciliares	R\$ 2.000,00
Pagamento de Assistente Social	R\$ 2.800,00
Pagamento de gêneros alimentícios	R\$ 931,96
	R\$ 8.231,96

7. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS (R\$1,00)

Meta	Município	OSC	Total
1 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 05 a 17 anos	R\$ 156.562,56	0,00	R\$ 156.562,56
2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos acima de 60 anos	R\$ 139.788,00	0,00	R\$ 139.788,00
Total			R\$ 296.350,56

8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

Meta	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96
Meta	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96
Meta	13º mês	14º mês	15º mês	16º mês	17º mês	18º mês
	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96
Meta	19º mês	20º mês	21º mês	22º mês	23º mês	24º mês
	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96

AZM



ADAU - Associação dos Deficientes Físicos do Alto Uruguai
Rua Dr. Sidney Guerra, 602 – Bairro José Bonifácio
CEP:99701-758 Erechim – RS Fone/Fax: (54) 3321-8146
E-mail adau@erechim.org.br Site www.adau.org.br

P.M. ERECHIM
Fls 359
S.M.C.


Meta	25º mês	26º mês	27º mês	28º mês	29º mês	30º mês
	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96
Meta	31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês
	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96

9. ESTIMATIVA DE DESPESAS

Meta	Despesa	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
	ARR/Custeio	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96

Meta	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96
Meta	13º mês	14º mês	15º mês	16º mês	17º mês	18º mês
	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96
Meta	19º mês	20º mês	21º mês	22º mês	23º mês	24º mês
	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96
Meta	25º mês	26º mês	27º mês	28º mês	29º mês	30º mês
	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96
Meta	31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês
	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96	R\$ 8.231,96

Erechim, 02 de julho de 2018.


Aldecir Antônio Vicensi
Diretor Presidente

AZM

